



Anais da Assembléia

N.º 68

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 01 DE AGOSTO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 58.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 1985.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Rubens Bueno e Quielse Crisóstomo.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acyr Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se ausente a senhora Deputada Ironi Pugliesi (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA DO 2.º PERÍODO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 115/85
Curitiba, 25 de junho de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados em 25 de abril de 1985 pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos referidos Municípios:

Município	N.º de Convênio
Colorado	116/85
Flórida	117/85
Pinhalão	121/85
Santa Fé	122/85
Santa Helena	124/85
Terra Boa	125/85

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 116/85
Curitiba, 25 de junho de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, objetivando a execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos Municípios adiante mencionados:

Município	data do Aditado	n.º e data do Aditivo
Abatiá	15/08/84	10/85 - 05/03/85
Jaguapitã	15/08/84	11/85 - 05/03/85
Jataizinho	15/08/84	13/85 - 05/03/85
Jesuítas	20/11/84	24/85 - 03/05/85
Joaquim Távora	15/08/84	12/85 - 05/03/85
Loanda	15/08/84	14/85 - 05/03/85
Quatro Barras	20/11/84	8/85 - 22/02/85
Rondon	15/08/84	17/85 - 15/03/85
Toledo	20/11/84	16/85 - 05/03/85

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário

apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 117/85 *Prop. 105/85*

Curitiba, 25 de junho de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 15 de maio de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de Araruna, Arapongas, Apucarana, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Cambira, Capitão Leônidas Marques, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Jardim Alegre, Maringá, Missal, Paranavaí, Quatiguá, Santa Isabel do Ivaí, Siqueira Campos, Santa Cruz de Monte Castelo, Tapejara, Terra Boa, Terra Rica, Tomazina, Ubiratã, Umuarama, com a participação da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 118/85 *Prop. 112/85*

Curitiba, 03 de julho de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do Termo Aditivo Primeiro, datado de 20 de junho de 1985, ao Convênio celebrado em 13 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná e a CIC - Cidade Industrial de Curitiba, objetivando o desenvolvimento do "Programa de Industrialização do Município de Curitiba".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 119/85 *Prop. 111/85*

Curitiba, 03 de julho de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 014/84, celebrado em 26 de dezembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, o Estado de São Paulo, através de suas Secretarias de Transporte e de Obras e Meio Ambiente e a Empresa Pública Federal de Portos do Brasil S/A - PORTOBRAS, objetivando a conclusão dos serviços de desassoreamento do canal do Varadouro, a fim de possibilitar a navegação interior entre Iguape e Paranaguá.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 120/85 *Prop. 119/85*

Curitiba, 03 de julho de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 15 de maio de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de Cascavel, Catanduvas, Londrina e Santa Terezinha de Itaipu, com a participação da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 121/85 *Prop. 109/85*

Curitiba, 03 de julho de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 07 de junho de 1985, entre o

Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Santa Helena e São Miguel do Iguaçu, com a participação da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 122/85 *Prop. 108/85*
Curitiba, 03 de julho de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 05 de junho de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em obras públicas nos Municípios signatários:

Município	N.º do Convênio
Almirante Tamandaré	10/85
Balsa Nova	11/85
Bocaiúva do Sul	12/85
Campina Grande do Sul	13/85
Campo Largo	30/85
Contenda	14/85
Mandiritiba	15/85
Quatro Barras	16/85

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 123/85 *Prop. 109/85*
Curitiba, 03 de julho de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura

e os Municípios adiante mencionados:

Município	data	Objetivo
Eneas Marques	5/6/85	Realização do I Encontro de Produtores de Leite;
Francisco Beltrão	20/05/85	Realização da EXPOBEL englobando seis exposições;
Umuarama	24/5/85	Realização da XII Feira-Exposição Agropecuária e Industrial.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 124/85

Curitiba, 11 de julho de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Nova Cantu um imóvel com área de 1.050,00 m², características e confrontações conforme específica, havido pelo Estado através da Matrícula n.º R-1/571, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ubiratã.

A medida de que trata o Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, tendo em vista que, segundo informações prestadas pelos órgãos competentes da Administração, o Estado não tem necessidade de utilização da referida área, havida, aliás, por doação do próprio Município de Nova Cantu, que, agora, pretende vê-la reintegrada ao seu patrimônio, a fim de que nela possa construir um edifício público.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI *130/85*

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Nova Cantu o seguinte imóvel, situado naquela cidade e

objeto da Matrícula R-1/571, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ubitatã:

"Parte da Chácara n.º 47, com área de 1.050,00 m², da parte "A", do loteamento da cidade de Nova Cantu, com as seguintes confrontações: pela frente na extensão de 35,0m, confronta com parte da chácara n.º 47, da qual foi desmembrada, ao lado direito na extensão de 30,0m, confronta com a Rua São Paulo, atual Rua Vereador Francisco Moraes e ao lado esquerdo na extensão de 30,0m confronta com parte da chácara n.º 47".

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 125/85 *Prop. 117/85*
Curitiba, 15 de julho de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 30 de maio de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Guaratuba, objetivando a implantação de serviços de segurança contra incêndios e a prestação de socorros públicos no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 126/85 *Prop. 114/85*
Curitiba, 15 de julho de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados em 10 de junho de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR e os Municípios adiante mencionados, objetivando a construção de prédios destinados a abrigar Subdivisões Policiais nos Municípios signatários:

Município	N.º do Convênio
Apucarana	143/85
Paranavaí	142/85

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa

Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 127/85 *Prop. 115/85*
Curitiba, 15 de julho de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras de reparos nas Delegacias de Polícia locais:

Município	N.º e data do Convênio
Bela Vista do Paraíso	115/85 - 25/04/85
Itambaracá	118/85 - 25/04/85
Paranacity	119/85 - 25/04/85
Planaltina do Paraná	120/85 - 25/04/85
Sertãoópolis	123/85 - 25/04/85
Siqueira Campos	150/85 - 11/06/85
Tuneiras do Oeste	126/85 - 25/04/85

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 128/85 *Prop. 116/85*
Curitiba, 15 de julho de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos datados de 03 de maio de 1985, a Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR e os Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos em melhorias nas Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas dos Municípios signatários:

Município	N.º do Aditamento	N.º e data do Convênio aditado
Alto Paraná	022/85	288 - 15/08/84

Céu Azul	020/85	296 - 15/08/84
Dois Vizinhos	023/85	457 - 28/01/84
Jesuitas	024/85	385 - 20/11/84
Marilena	021/85	386 - 20/11/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 129/85

Curitiba, 22 de julho de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que objetiva autorizar a doação, ao Município de Telêmaco Borba, dos lotes de terrenos urbanos n.ºs 5 e 6, com área total de 784,00m² (setecentos e oitenta e quatro metros quadrados), da quadra n.º 49, da sede do referido Município, objeto da Transcrição n.º 2.085, no Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Os lotes de terrenos urbanos antes mencionados e cuja autorização para doação é ora proposta a essa Augusta Casa de Leis, foram doados ao Estado do Paraná, juntamente com o prédio e outras benfeitorias neles existentes, pelo próprio Município de Telêmaco Borba, em 28 de setembro de 1971, a fim de servirem às instalações do Fórum da Comarca. Posteriormente, em 24 de janeiro de 1985, aquele Município doou outros lotes, somando 1.544 m² de área onde foi edificado e recentemente inaugurado o novo prédio do Fórum.

Pelo exposto e tendo em vista o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado ter manifestado seu desinteresse em continuar ocupando o referenciado imóvel e, ainda, diante do fato do Município de Telêmaco Borba, conforme esclarece o Senhor Prefeito, pretender utilizá-lo para sede do Legislativo Municipal, não há dúvida de que a proposição consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 131/85

Art.1.º - Fica autorizada a doação ao Município de Telêmaco Borba dos lotes de

terrenos urbanos n.ºs 5 e 6, com área total de 784,00 m², da quadra n.º 49, da sede do referido Município, objeto da Transcrição n.º 2.085 - Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Parágrafo Único. A doação que trata esta lei abrange as benfeitorias existentes nos referidos lotes.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 130/85

Curitiba, 22 de julho de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que objetiva autorizar a doação, ao Município de Coronel Vivida, da data de terreno n.º 4, com as edificações nela existentes, situada na quadra n.º 6, na sede do referido Município, objeto da Transcrição n.º 9.018, do Livro 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis do 1.º Ofício da Comarca de Pato Branco.

O imóvel cuja autorização para doação constitui objeto do Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa foi doado ao Estado do Paraná, com a destinação específica de servir para instalações do Fórum da comarca de Coronel Vivida. Ocorre que, conforme Transcrição n.º 3.518, do Livro 3-D, do Cartório de Registro da Comarca, o Município doou ao Estado outra área, onde foi construído novo Edifício do Fórum.

Assim sendo, e tendo em vista que o Egrégio Tribunal de Justiça e o Poder Executivo não tem interesse na utilização do imóvel em questão, e, ainda, pelo fato do Município de Coronel Vivida, conforme esclarece o Senhor Prefeito, pretender aproveitar tal área obra de grande interesse social, não há dúvida de que a medida ora proposta consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 132/85

Art.1.º - Fica autorizada a doação ao Município de Coronel Vivida da data de terreno n.º 4, da quadra n.º 6, com área de 1.400,00 m², situada na sede do referido Município, com as edificações nela existentes, objeto da Transcrição n.º 9.018, do Livro 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis do 1.º Ofício da Comarca de Pato Branco.

Art.2. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 131/85 *Dep. 118/85*
Curitiba, 23 de julho de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 05 de julho de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Curitiba, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa de Mobilização Energética PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os n.ºs DTL/26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57 e 58/85, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs 153/84, 330/84, 262/84, 251/84, 247/84, 03/85, 213/84, 366/84, 04/85, 380/84, 178/84, 320/84, 294/84, 303/84, 192/84, 329/84, 291/84, 185/84, 325/84, 368/84, 348/84, 369/84, 386/84, 285/84, 289/84, 382/84, 300/84, 01/85, 327/84 e 277/84, os quais convertidos em lei tomaram os números 8090, 8091, 8093, 8094, 8095, 8096, 8097, 8098, 8120, 8102, 8119, 8118, 8117, 8116, 8103, 8104, 8101, 8105, 8100, 8108, 8106, 8107, 8109, 8110, 8111, 8112, 8115, 8114, 8113 e 8099, respectivamente.

Anote-se. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 131/85, oriundo da Mensagem Governamental

n.º 129/85, datada de 22.07.85, que objetiva autorizar a doação, ao Município de Telêmaco Borba, dos lotes de terrenos urbanos números 5 e 6, com área total de 784,00 m. (setecentos e oitenta e quatro metros quadrados) da quadra n.º 49, da sede do referido Município, objeto da transcrição n.º 2.085, no livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de urgência para o Projeto de Lei Complementar n.º 217/84 (dispõe sobre a Organização dos Municípios e dá outras providências).

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja dispensado de Redação Final o Projeto de Lei n.º 60/85, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Gralha Azul.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, ouvida a Casa, a consignação na Ata dos trabalhos, de voto de pesar pelo falecimento de Armando José Awad.

Requeiro, ainda, que a decisão da Casa seja comunicada, inclusive justificativa, à família enlutada, ao Rotary Club de Cambará, à Associação Comercial da mesma cidade, bem como ao Senhor Prefeito e Presidente da Câmara.

JUSTIFICATIVA:

Perda verdadeiramente lastimável sofre o Município de Cambará com o falecimento de Armando José Awad.

Pelo acendrado aor à sua cidade, pelo dinamismo pessoal, inteligência, probidade, espírito público;

Sempre vigilante na defesa dos interesses da sua comunidade, quer na Presidência da Associação Comercial ou na do Rotary Club - Armando José Awad, deixa lacuna irreparável e imensa tristeza no coração de seus amigos.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento da Senhora ANGELINA TIBOLA PARCIANELLO, genitora do Vereador Hermes Parciannelo, de Cascavel, ocorrido na noite de 31 de julho do corrente ano, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor CAETANO ALBERTI, membro de tradicional família tibagiana, deixando viúva a Senhora Rosa Borgo Alberti, e os seguintes filhos: Ewaldo, Paulo Roberto, Albino, Antonio, Edson Caetano e Terezinha Joana, ocorrido no dia 28 de julho próximo passado, em Tibagi.

Requer, outrossim, seja dada ciência da decisão do Plenário, com envio de expediente à família enlutada, à Rua Tiradentes, 1631- Tibagi.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor JOÃO CARLOS COGO, ocorrido na cidade de Ponta Grossa em data de 28 de julho p. passado.

Membro de tradicional família pontagrossense, o Senhor João Carlos Cogo foi ex-presidente da Câmara Municipal, ex-Prefeito interino e conceituado comerciante. Era casado com a Senhora Pierina Cogo e deixa os seguintes filhos: Iracilda Cogo Penteado, Ivo Salvador Cogo, Artidor Cogo, Arquimedes Batista Cogo, Flores Cogo, Nestor Cogo e Nair Cogo.

O prematuro passamento do Senhor João Carlos Cogo, veio abalar de forma profunda a sociedade pontagrossense, onde gozava de grande prestígio e admiração dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, requer, ainda, seja dada ciência aos seus familiares, pelo endereço: Rua Francisco Ribas, 197- Ap. 15, Ponta Grossa- Pr.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no Município de Almirante Tamandaré do jovem ALEXANDRE BREGESKI FILHO.

Tal passamento vem consternar a sociedade daquele município vizinho, face o extinto ser cunhado e residir com o Líder Político e ex-Prefeito daquela comunidade, o Senhor Roberto Perussi.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, na pessoa do Senhor Roberto Perussi, no Município de Almirante Tamandaré, Paraná.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de VOTO DE PESAR, pelo falecimento do Senhor AUGUSTO CEQUINEL, ocorrido no dia 25 de junho de 1985.

Outrossim, requer que da decisão da Casa se dê ciência aos seus familiares e às autoridades constituídas do Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pitanga, um dentre os grandes do Estado do Paraná, está enlutado. Sua população chora a perda de seu concidadão. Após dedicar grande parte de sua vida ao desenvolvimento da comunidade pitanguense, desapareceu, aos 78 anos de idade, o Senhor AUGUSTO CEQUINEL.

Pioneiro, um dos primeiros habitantes de Pitanga, o extinto exerceu, por muitos anos, a atividade de cartorário junto à Comarca de Pitanga, conseguindo, pelo seu cavalheirismo e lições de urbanidade, cativar o respeito e a admiração dos que tiveram a ventura de desfrutar de sua amizade.

É justo, portanto, que esta Assembléia, Casa onde residem os representantes de todas as gentes que vivem e labutam neste Paraná, preste sua homenagem ao ilustre pitanguense.

O extinto era sogro do eminente nosso ex-colega, o Deputado Jurandir Messias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja designada sessão especial em homenagem ao Curitiba Foot Ball Club, que em memorável campanha, conquistou a consagração de campeão brasileiro de futebol da temporada de 1985.

A vitória triunfal, inédita para o futebol paranaense, é de grande importância para o nosso povo, que tem na prática do futebol uma de suas ocupações mais gratificantes.

No Paraná, graças a competência dos seus dirigentes e a aplicação dos seus atletas, em todos os tempos, o Curitiba alcançou uma posição privilegiada. No campeonato brasileiro, ontem encerrado, o Curitiba conseguiu o apoio unânime dos paranaenses, pela magnitude da conquista afinal obtida. Antes campeão do Torneio do Povo, de âmbito nacional; agora campeão Brasileiro, em confronto com as grandes forças do País; inúmeras vezes campeão do Paraná, o Curitiba faz crescer o conceito do nosso Estado nacional e internacionalmente. A omissão deste Poder, neste momento de afirmação e festa, seria o desconhecimento da glória.

Requeiro, também, seja conferido a cada um dos participantes da extraordinária conquista do Curitiba, um diploma de reconhecimento ao mérito dos bravos campeões, por ocasião da mesma sessão especial.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao CURITIBA FOOT BALL CLUB, pelo brilhante feito realizado nesta madrugada de 1.º de agosto de 1985, onde conquistou o título máximo do futebol brasileiro inédito para o Paraná.

Cumprimento o seu grande presidente, os jogadores, enfim toda a grande família curitibana, que lutou unida para que este clube atingisse o lugar de destaque que hoje merecidamente ocupa.

Requer, outrossim, que seja dado conhecimento à Diretoria do Clube.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) PÉRICLES PACHECO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata da presente sessão, voto de regozijo e cumprimentos, manifestados à pessoa do Senhor Evangelista Costa Neves,

Presidente do Curitiba Foot Ball Club, pela brilhante vitória alcançada na data de ontem, quando aquele prestigioso clube se consagra campeão brasileiro da "TAÇA DE OURO", fato de orgulho e de engrandecimento para o esporte paranaense, homenagem esta, extensiva aos demais integrantes do corpo diretivo e desportistas.

Desta decisão, requer, ainda, seja dado conhecimento aos homenageados no seguinte endereço: Rua Reinaldino Schffemberg de Quadros, 292- Curitiba- Pr.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado VOTO DE LOUVOR à Diretoria Executiva do Tuiuti Esporte Clube da Cidade de Cascavel, pela realização do Décimo-Terceiro Festival Regional da Canção Popular- FERCAPO, levado a efeito nos dias 25, 26 e 27 de julho pretérito, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Mais antigo, tradicional e importante Festival de Música do Paraná, o FERCAPO, em sua 13.ª edição este ano, se revestiu de incontestável sucesso, graças a organização empreendida pela Diretoria Executiva do Tuiuti Esporte Clube, a entidade que o promove. Orgulho de todos os paranaenses, o FERCAPO é realizado basicamente pela comunidade cascavelense e consegue inscrever o nome de Cascavel e do Paraná no mapa musical brasileiro, eis que recebe concorrentes e convidados especiais de todas as partes do País. O maior mérito do FERCAPO reside no fato de que, pela sua já longa continuidade, promove o conagraamento da juventude, através da disputa sadia pela música, revelando e incentivando a arte de novos talentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de louvor ao "Curitiba Foot Ball Club", pela conquista da Taça de Ouro do Campeonato Brasileiro de Futebol de 1985, e que sejam transmitidas as congratulações deste Poder Legislativo à diretoria, à equipe técnica e a todos os atletas pela façanha inédita realizada por um clube paranaense.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado um voto de louvor ao CORITIBA FOOT BALL CLUB, pela conquista da Taça de Ouro, prêmio conseguido como Campeão Brasileiro de Futebol de 1985, dando-se ciência deste, ao Presidente do Clube, Senhor Evangelino Costa Neves, para que, através do mesmo, seja parabenizada a sua Diretoria, jogadores e demais funcionários dessa associação esportiva, sediada à Rua Ubaldino do Amaral, 37.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Até há poucos dias, o signatário do presente exerceu a presidência do Operário Ferroviário Esporte Clube, da cidade de Ponta Grossa.

É sabedor, portanto, de todas as dificuldades que as Diretorias, jogadores e funcionários das entidades esportivas passam em seu dia-a-dia.

A conquista do Campeonato Brasileiro de Futebol, após a disputa de árduo campeonato, enfrentando as melhores equipes do País é digna de constar nos Anais desta Casa.

Pela primeira vez, uma agremiação paranaense em data muito recente, o signatário pede vênias para particularizar a sua satisfação, nesta data histórica para o esporte de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura objetivando a liberação de recursos financeiros para a ampliação do canteiro de mudas de café localizado na Municipalidade de Terra Boa.

O referido canteiro de mudas destina-se a atender os proprietários rurais daquela cidade, já tendo, inclusive, estimulado o retorno daquela cultura em várias áreas.

Dada a receptividade alcançada, o viveiro de mudas precisa ser ampliado, no sentido de atender a demanda cada vez mais crescente. Para tanto, a Prefeitura Municipal, conforme informa o Excelentíssimo Senhor Prefeito, Elso Garcia Segura, precisa, o mais breve possível, de recursos para aquela finalidade, no valor de cinco milhões de cruzeiros.

Diante da exposição de motivos, aguar-

da-se dessa Secretaria de Estado da Agricultura, o pronto atendimento do que ora é solicitado, cuja importância é inquestionável para o desenvolvimento agrícola de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social visando a liberação de recursos orçamentários a serem aplicados na construção de um posto de saúde na localidade de Canjarana, pertencente a Municipalidade de Mamborê.

A presente solicitação baseia-se em reivindicação de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Ivo Brunetta. Na qualidade de Prefeito Municipal de Mamborê ele tem sentido a necessidade urgente de dotar o patrimônio de Canjarana de um posto de saúde capaz de atender a todos os seus moradores, que inclusive enfrentam, atualmente, uma série de transtornos, uma vez que os mesmos são obrigados a recorrerem até Mamborê quando necessitam de qualquer auxílio médico.

Para permitir a concretização do pedido da Prefeitura Municipal quanto a construção de um posto de saúde, faz-se necessário a liberação de recursos financeiros por parte desta Pasta.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Superintendente da FUNDEPAR- Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a doação de um microônibus para o transporte escolar na Municipalidade de Araruna.

Grande parcela dos jovens tem encontrado dificuldades no sentido de se deslocar aos seus respectivos estabelecimentos de ensino. O motivo principal é, sem dúvida, a questão do transporte, por muitos dos estudantes que residem na zona rural daquele município e tem que vir até o perímetro urbano a fim de frequentar as aulas, não havendo, deste modo, um microônibus que possa atendê-los, notadamente os de menor poder aquisitivo.

Diante de tal realidade e reconhecendo a real necessidade de oferecer condições de locomoção às pessoas que estudam, a Administração Municipal Ararunense, só encontrou uma solução, que é a compra de um microônibus. Entretanto, conforme assinala o Excelentíssimo Senhor Osvaldo Valarini, Prefeito Municipal, a dotação orçamentária que permite fazer frente as despesas necessárias à aquisição do referido veículo.

Neste sentido, a participação dessa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação é indispensável, onde se espera o envio, o mais breve possível e tendo em vista o reinício das aulas, de um microônibus, pondo fim a um antigo problema existente no meio educacional.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Chefe do Poder Executivo consubstanciado em veemente apelo no sentido de ser concedida pensão mensal ao jovem ODAIR CORTELETE DE SOUZA, residente em Quatro Barras.

Tal solicitação se faz, tendo em vista que o mesmo é desprovido de recursos, sem condições mínimas para sua manutenção. De família totalmente carente, é possuidor de deficiência física e mental, conforme atestado anexo, não recebendo auxílio ou ajuda de qualquer instituição que vise ampará-lo. Justo, portanto, que através do Poder Executivo, venha a receber uma pensão para sua sobrevivência, nos termos do que prescreve a nossa Constituição Estadual, quando no seu art. 129 - inciso V - estabelece como obrigação do Estado o auxílio à invalidez.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, do Relato Sobre Migração na Zona Rural no Vale do Ivaí. O relatório em questão, foi elaborado pelo Doutor ANTONIO FLORESVALDO SGOBERO, Chefe do Núcleo Regional de Ivaiporã, da Secretaria de Estado da Agricultura.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, do teor do Ofício n.º 15/85, do Colégio Estadual Cristóvão Colombo- Ensino de 1.º e 2.º. Graus, da cidade de Jardim Alegre- Paraná.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 133/85
Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor EVANGELINO COSTA NEVES.

Art.2.º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL.

JUSTIFICATIVA:

Neste momento de júbilo e de orgulho porque atravessa o esporte paranaense, quando o "Coritiba Foot Ball Club" se consagra campeão brasileiro, não poderíamos deixar de prestar a nossa homenagem nesta Casa a essa ilustre figura do esporte paranaense EVANGELINO COSTA NEVES, seu Presidente, e nos furtamos da satisfação e honra de conceder-lhe o título de "Cidadão Honorário do Paraná", como prova de reconhecimento e gratidão do povo paranaense, pela significativa contribuição que tem dado a esse setor da nossa cultura.

Nascido a 09 de novembro de 1925, na cidade de Santos, São Paulo, filho de Ivo Maria das Neves e Dona Laura Costa Neves, Evangelino Costa Neves chegou ao Paraná no ano de 1944, onde passou a integrar a sociedade paranaense, desenvolvendo o setor comercial, e, paralelamente as suas atividades profissionais, já dedicava-se de forma representativa, ao setor esportivo.

Em 1950, contraiu matrimônio com Walquiria B. Neves, pertencente a família curitibana, do qual tem três filhos: Evangelina, Fernando e Elizabeth.

Dotado de espírito dinâmico e empreendedor, o esporte sempre foi a meta viva de seus objetivos, e, na persistência, no trabalho e no idealismo, culminou com a sua eleição no ano de 1967, à Presidência do "Coritiba Foot Ball Club", cuja gestão estende-se até a presente data, coroada de vitórias e grandes realizações.

Nesta linha de ação, conduziu o Coritiba Foot Ball Club a vários títulos de

campeão, tais como: BICAMPEÃO em 1968/69-HEXACAMPEÃO em 1971/76, e ainda BICAMPEÃO em 1978/79. Em 1972 a conquista da "TAÇA DO POVO".

À margem de qualidades pessoais de que é possuidor e de cidadão respeitado, destaque-se a sua capacidade administrativa demonstrada ao longo de sua atuação naquele Clube, pois que nesse período construiu o grande "Estádio Antonio Couto Pereira", obra que orgulha o esporte paranaense.

Difundindo o nome do Paraná através do Curitiba Foot Ball Club, projetou o nosso estado nacionalmente, cruzando fronteiras e indo até a Europa, conquistando o Título "Faixa Azul".

Finalmente, para coroar de êxito a sua carreira esportiva, conquistou pela primeira vez para o Paraná, o ambicionado título que todos os clubes brasileiros almejam, o de campeão da "TAÇA DE OURO", versão 1985, assegurando com isso, o direito de disputar a "TAÇA LIBERTADORES DA AMÉRICA", no ano de 1986.

Diante de tais feitos em prol do engrandecimento do desporto paranaense, e pelo significado histórico que representará a vitória hoje consagrada àquele Clube, sabiamente representado na pessoa do seu Presidente, Senhor EVANGELINO COSTA NEVES, é que sentimo-nos honrados em poder homenageá-lo com o título de CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ, para que sua ação seja perpetuada em nossa memória e seu exemplo se torne inspiração para todos os desportistas paranaenses e brasileiros.

CURRICULUM VITAE

Nome: EVANGELINO COSTA NEVES

Nascido em: 09.11.1925 - Local: SANTOS-SP.

Filiação: IVO MARIA DAS NEVES e LAURA COSTA NEVES

Estado Civil: CASADO - WALKYRIA B. NEVES, em 1950

Filhos: ENVANGELINA NEVES, FERNANDO NEVES e ELIZABETH VIALLE

Endereço: RUA REINALDINO SCHEFFENBERG DE QUADROS, 292 - CURITIBA -PR.

SÍNTESE DE ATIVIDADES:

Chegou ao Paraná no ano de 1944, dedicando-se ao ramo de seguros, na Companhia Cosmos de Seguros e Capitalização, bem como ao ramo imobiliário e transportes de cargas.

Em 1967 - foi eleito Presidente do Curitiba Foot Ball Club, cargo em que permanece até a presente data.

Nesse período assegurou ao Curitiba Foot Ball Club os seguintes títulos: em 1968/69 - BICAMPEÃO paranaense; em 1971/76 - HEXACAMPEÃO Paranaense, em 1978/79 BICAMPEÃO paranaense e, em 1972 conquistou a "TAÇA

DO POVO".

Na sua gestão foi construído o grande "ESTÁDIO ANTONIO COUTO PEREIRA". projetou o nome do Paraná no cenário nacional e internacional, assegurando ao Curitiba Foot Ball Club, a "FAIXA AZUL", na Europa. Levou o Curitiba Foot Ball Club a campeão da "TAÇA DE OURO", versão 1985, e com isso, assegurou o direito de disputar a "TAÇA LIBERTADORES DA AMÉRICA" para 1986.

PROJETO DE LEI N.º 134/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º- Fica criado o Município de Corumbataí do Sul, com território desmembrado do Município de Barbosa Ferraz, com sede no Distrito Administrativo do mesmo nome, atualmente existente, e com as divisas que a seguir especifica:

"Inicia no paralelo com o Rio Arurão, na Foz do Córrego Água da Marinha, até à sua nascente; segue em linha reta até à nascente do córrego Água do Mineiro, indo no seu percurso até à foz com o Rio São Joaquim; segue este até à foz no córrego Ourilândia; segue, após, em linha reta e seca até à nascente do Ribeirão Raposo Tavares. Daí, em linha seca até à nascente do Rio do Oleo Pardo, seguindo no seu percurso até a sua foz, na confluência com o Rio Formoso. Daí segue a divisa com o Município de São João do Ivaí, seguindo Rio Formoso acima até à divisa com o Município de Iretama, persistindo o roteiro divisório até à divisa com o Município de Campo Mourão; persistindo ainda na linha divisória com o Município de Campo Mourão, até à divisa com o Município de Peabiru; seguindo daí até ao ponto inicial, que é a foz do córrego Água Marinha".

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Corumbataí do Sul, atualmente um dos distritos mais desenvolvidos do Estado do Paraná, com uma população acima de onze mil habitantes, e com mais de três mil eleitores, constitui-se numa promissora potência municipal, caso este projeto venha a atingir seus altos propósitos.

Possui aquele município um quadro urbano de quase quatro mil casas, entre elas cinco templos protestantes, uma igreja católica, uma agência bancária e aproximadamente vinte e cinco casas de comércio, entre elas dois supermercados, um posto de

gasolina, duas farmácias, um cinema e um entreposto da Cooperativa Agropecuária Mourãoense. Possui, ainda, na área urbana, um hospital e um cartório de registro civil.

Não bastasse todos esses pontos de comércio, necessários à sobrevivência econômica do atual Distrito, bem como estes locais de atendimento à saúde da população, conta ainda, com uma agência de Correios e Telégrafos, e um posto de telefone, além de trinta e cinco terminais, estes devidamente instalados no comércio e residência.

Sua renda é das mais expressivas, pois o Distrito colabora atualmente com mais de um terço da receita da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, e poucos desses recursos são reaplicados na execução de melhorias gerais no distrito. As produções agrícolas daquele distrito, traduzem-se nas altas safras de soja, café, arroz, algodão, feijão e ainda pelo potencial pecuário.

Além destas condições que Corumbataí do Sul apresenta visando a sua emancipação política e administrativa, possuindo amplos motivos para tal, inclusive os legais, toda a população há longos anos vem propugnando por essa medida, face ao esaurimento de riquezas para a sede do Município, Barbosa Ferraz. Tal aspiração encontra-se plenamente evidenciada pelas cento e vinte e uma assinatura que vão anexas a este Projeto de Lei.

Em face da presença de todos os requisitos legais, e diante da urgência da medida diante dos reclamos da comunidade de Corumbataí do Sul, solicito aos nobres Pares o devido e necessário apoio a esta proposição, por ser de justiça.

PROJETO DE LEI Nº 135/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica criado o Município de Corumbataí do Sul, com área desmembrada do Município de Barbosa Ferraz, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

– Começa no Rio São Joaquim, no ponto em que o mesmo é cortado por uma linha reta que vem desde a foz do Córrego Ourilândia em direção à nascente do Ribeirão Raposo Tavares; segue por essa linha reta até a cabeceira do Ribeirão Raposo Tavares, donde, ainda por linha seca, alcança o espigão divisor de águas dos Rios das Lontras e Oleo Pardo; segue por esse espigão até a estrada de Iretama e daí, por linha seca, segue até a foz do Rio Chupador no Rio Formoso; sobe pelo Rio Chupador até a divisa com o Município de Campo Mourão na Rodovia BR-176; segue divisando com o Município de Campo Mourão até o espigão Urarão - Lontrão, donde, por linha seca, alcança a nascente do Rio São Joaquim, pelo qual desce até o ponto em que o mesmo é cortado por linha seca que parte da foz do Córrego Ourilândia rumo à nascente do Ribeirão Raposo Tavares.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O atual Distrito de Corumbataí do Sul, no Município de Barbosa Ferraz, vem apresentando um surto desenvolvimentista do mais acentuados na rica região Centro-Oeste do nosso Estado.

Tal progresso vem de motivar que sua laboriosa população anseie a sua emancipação política, para que esse progresso não venha a sofrer solução de continuidade, mas, sim, culmine com o seu total desenvolvimento, quer no setor agrícola, econômico, social ou cultural.

Os dados estatísticos que apresentamos no decorrer da tramitação do presente plano de lei, irão comprovar de maneira clara e insofismável, as reais possibilidades para que Corumbataí do Sul seja um novo município deste nosso Paraná.

Estas são as razões que nos levaram a apresentar o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 136/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica declarada de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA EM ENFERMIDADES RENAIAS E METABÓLICAS PRÓ-RENAL, com sede e foro no Município de Curitiba, neste Estado.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Difícilmente se pensa na palavra SAÚDE, exceto quando ela nos falta ou àqueles que nos são caros.

Saúde depende de muitas coisas, dentre elas da pesquisa e da investigação médica, que por sua vez dependem de grandes investimentos, tanto em capital quanto em tempo e material humano.

No Paraná, mais precisamente em Curitiba, existe uma Entidade, a "PRO-RENAL - FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA EM ENFERMIDADES RENAIAS E METABÓLICAS", que, dentre muitas atividades, desenvolve Pesquisa sobre doenças renais.

Mantendo um Departamento de Bem-Estar e Assistência Social e outro de Prevenção, Recuperação e Reabilitação de pacientes renais crônicos e/ou submetidos a transplante renal, um laboratório de imunologia, a PRÓ-RENAL, em sua relativamente curta existência vem prestando uma incontestável contribuição à medicina.

Através de convênios ou simples acordos a Fundação arca com despesas de pós-graduação tanto para a área médica quanto para a área de enfermagem, laboratório, etc., a fim de que o "know-how" adquirido por estes profissionais ou seja absorvido pela Pró-Renal ou transmitido aos seus colaboradores.

Promove ainda Simpósios, Congressos, Encontros ou Palestras onde o intercâmbio de informações enriquece a Medicina do Paraná.

Tais eventos têm ainda a finalidade secundária de promover, divulgar e despertar o interesse da classe médica ou do público interessado, além de abrir caminho para o diálogo en-

tre a classe médica e o INAMPS.

Finalmente é preciso registrar que os maiores gastos da Previdência são na área de Nefrologia, especialmente nas doenças renais crônicas que exigem diálises periódicas, e que a maioria das pessoas hipertensas são portadoras de insuficiência renal crônica e na maioria das vezes o ignoram.

Portanto, a Fundação deve ser estimulada a continuar concedendo à classe médica e à população em geral esta enorme gama de benefícios e deve ser declarada de Utilidade Pública, de vez que preenche os requisitos necessários.

PROJETO DE LEI Nº 137/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE PARANAVAI, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 1976, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Paranaíba, há quase uma década vem cumprindo com seriedade o disposto em seus estatutos.

Defendendo os interesses da categoria profissional que representa, e oferecendo serviços de assistência judiciária e social é inegável a sua utilidade pública.

Os membros da Diretoria nada percebem pelo exercício de quaisquer de seus cargos eletivos.

Pretendemos, enfim, com a representação deste plano de lei, prestar um preito de reconhecimento àquela entidade, pelos relevantes serviços prestados à comunidade que serve desde sua fundação.

PROJETO DE LEI Nº 138/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica assegurada a percepção do benefício concedido pelo Art. 4.º, da Resolução n.º 02/64, de 20 de fevereiro de 1964, aos funcionários do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, que tiverem, no Poder Legislativo, tempo de serviço público contado para todos os efeitos legais e compreendido no período com direitos ressalvados pelo Art. 5.º da Resolução n.º 05/69, de 28/04/69.

Parágrafo único. Os benefícios financeiros de que trata este artigo não terão caráter retroativo, prevalecendo a partir da aprovação desta lei.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Legislativo Estadual.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

APOLAMENTO:

Mário Pereira, Werner Wanderer,
Antônio Belinati, Tuguio Setogutte, Ivan Gubert,

Tércio Albuquerque, Airton Cordeiro, Odeni Mongruel,
Djalma de Almeida César, Nelson Buffara e Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

O Poder Legislativo Estadual, ao absorver tempo de serviço público prestado por funcionário nomeado após a revogação da Resolução concessiva dos triênios - contando tal tempo para todos os efeitos legais - assumiu, em decorrência, a responsabilidade de assegurar, aos funcionários nas condições referidas, os direitos à época vigentes, e que proporcionaram benefícios financeiros aos demais funcionários estatutários da Assembléia Legislativa do Paraná.

Inquestionável resulta o convencimento de que tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, passa a gerar direitos dentro do Poder que o contou, não podendo a amplitude dos efeitos sofrer restrições, para exclusão dos benefícios concedidos no período abrangido pelo tempo contado, razão porque desta iniciativa, para a qual se solicita a aprovação do Plenário, podendo o signatário do projeto antecipar que sua abrangência está restrita a cerca de quatorze funcionários que preenchem as condições estabelecidas.

PROJETO DE LEI Nº 139/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor EVANGELINO COSTA NEVES.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1985.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

Paulista, nascido em Santos em 09 de novembro de 1925, Evangelino Costa Neves fixou residência em Curitiba no ano de 1944, destacando-se como empresário e desportista. Há vários anos presidente do Curitiba Foot Ball Club, pelo seu trabalho, tem dado projeção invejável ao Paraná no âmbito do esporte nacional e internacional.

Corajoso e desbravador, Evangelino Neves soube abrir com competência os caminhos para a glória, sendo extremamente justa a outorga da Cidadania Honorária do Paraná, agora proposta.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa um requerimento propondo voto de consignação em ata à pessoa do Senhor Evangelino da Costa Neves, Presidente do Curitiba Futebol Clube, pela brilhante vitória alcançada na data de ontem, consagrando o Paraná, através do Curitiba Futebol Clube, com o título da Taça de Ouro versão 1985. E quero também, nesta oportunidade, fazer referência ao outro requerimento que já encaminhei à Mesa, através do qual propomos a este Plenário, a concessão do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Evangelino da Costa Neves, em razão do

trabalho por ele desenvolvido frente ao Coritiba Futebol Clube neste últimos anos, e que indiscutivelmente trouxe ao Paraná um destaque todo especial no concerto da Federação no que diz respeito às atividades desportivas, em especial ao Futebol profissional. E, quero salientar que esta homenagem que nós nos propomos apresentar a este Plenário em favor do Senhor Evangelino Costa Neves, vai também a intenção deste Poder Legislativo reconhecer o trabalho de tantos dirigentes do futebol profissional do Paraná pelo empenho, pela dedicação, pelo esforço, pela resignação, tudo isso somado em favor das glórias do seu próprio time de futebol, mas que pela importância e pelo significado que têm junto à sociedade paranaense, trazem indiscutivelmente reflexos dos mais positivos no destaque da nossa unidade federativa junto à sociedade brasileira.

E, portanto, neste momento de júbilo e orgulho que atravessa o esporte paranaense quando o Coritiba Futebol Clube se consagra campeão brasileiro, não poderíamos pois deixar de prestar a nossa homenagem, a homenagem por certo desta Casa e essa figura do esporte paranaense Evangelino Costa Neves, Presidente do Coritiba Futebol Clube, e nos furtamos da satisfação e honra de conceder-lhe o Título de Cidadão Honorário do Paraná como prova de reconhecimento e gratidão do povo paranaense pela significativa contribuição que tem dado a este setor da nossa cultura.

Vale lembrar que Evangelino da Costa Neves nasceu na cidade de Santos, no Litoral Paulista, chegou ao Paraná por volta de 1944 onde passou a integrar a sociedade paranaense desenvolvendo o setor comercial e paralelamente suas atividades profissionais.

Quero salientar também que este convite para o destaque ao homem do esporte Evangelino da Costa Neves nós já havíamos formulado no dia 15 de julho próximo passado quando não se cogitava que o Coritiba Futebol Clube pudesse chegar ao mais alto título do esporte, através do futebol profissional deste País. E vejo que na conquista de ontem à noite mais um reforço e um destaque que vem consubstanciar esta nossa justificativa para concedermos ao Senhor Evangelino da Costa Neves a homenagem do Poder Legislativo do Paraná, que, com certeza, estará repercutindo junto à sociedade paranaense porque é indiscutível também que através deste trabalho o Paraná tem se destacado sobretudo no campo do esporte em todo o País.

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra a Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, inscrito.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Divonzir Frega, preparador Físico, Gomes, Almir, Rafael, Eraldo, André e Dida, Lela, Marildo, Índio, Tobi e Edson. Evangelino Costa Neves e Enio, realmente levantaram uma das grandes coisas que eu considero na vida de uma pessoa e na glória de um Estado.

Cultura sem esporte ou "mens sana in corpore sano" mente são num corpo são, o Coritiba levantou o Paraná e engrandeceu este Estado, na sua humildade, na sua dedicação e no seu trabalho.

Os medalhões se entristeceram, as glórias decantadas pelos cronistas esportivos do Brasil, hoje têm de cantar a glória dos humildes grandes craques do Paraná.

Com muito amor, sempre fui um coxa branca e hoje tenho o prazer de, desta tribuna registrar nos Anais desta Assembléia, os nomes que engrandeceram o Paraná.

O Paraná não é menor do que São Paulo, nem menor do que o Rio ou Minas ou Rio Grande ou qualquer outro Estado ou qualquer outro País.

O Paraná é forte, é sadio, é um Estado de trabalhadores e é necessário que nós nos conscientizemos de que nós somos iguais e podemos disputar tudo e participar de tudo em igualdade de condições.

Muitos são os temas que eu tenho para falar, como por exemplo o problema da cafeicultura que eu voltarei esta semana a debater, mas hoje o meu coração de paranaense é motivo, transborda de alegria e de emoção e nada mais justo do que hoje nós festejamos a vitória do Paraná, a vitória do esporte, a vitória da dedicação e a vitória do trabalho, através de uma conquista de um título inédito para o Paraná.

Tenho mil e uma restrições a que se use a tribuna da Assembléia para falar de supérfluos, mas o futebol e o esporte é na realidade o começo de um caminho, para que nós nos conscientizemos, que desde a velha Atenas, desde a antiga Grécia, o esporte teve o seu chão, o seu pedaço e o seu caminho e no entanto, para não fugir do meu estilo, somente vejo a Secretaria de Cultura e do Esporte na hora do título, não na hora de carpir o chão, para plantar a semente que dará o fruto.

Aproveitam-se dos trabalhos de homens que se dedicam ao esporte para depois, politicamente quererem se promover.

O Coritiba engrandeceu a todos nós e a Secretaria de Cultura e Esporte nos humilhou, nós não queremos e não trabalhamos e não votamos e nem elegemos um Governador, para ser trampolínio através dos seus Secretários.

Este título o Paraná deve a estes homens que eu li os nomes e a Evangelino Costa Neves.

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em nome do meu partido, o Partido Democrata Trabalhista, PDT, expressamos através da tribuna desta Casa de Leis, o nosso júbilo, a nossa alegria, a alegria que une os quase dez milhões de paranaenses, pela conquista inédita do Coritiba, campeão brasileiro, campeão da taça de ouro de futebol.

O Paraná foi dormir mais tarde, o Paraná amanheceu alegre e hoje haverá, não temos dúvida alguma, o maior carnaval da história de Curitiba com a chegada, nesta tarde, dos maiores heróis, dos verdadeiros heróis do futebol do Paraná, atletas, dirigentes e o técnico do Coritiba. O nosso respeito, o nosso aplauso ao Presidente Evangelino Costa Neves, o nosso aplauso ao técnico Ênio Andrade, aos jogadores, por este feito que ficará perpetuado na história do futebol brasileiro.

Outro assunto, Senhor Presidente, é para lamentar o comportamento enganoso, o comportamento mentiroso de uma das mais altas autoridades do País, o Ministro do Desenvolvimento, Flávio Peixoto, a cujo Ministério está afeto o BNH. Ontem, a rede Globo de televisão, num gesto que chegou a surpreender os milhões de telespectadores do Brasil, colocaram tapes de entrevistas, concedidas há meses, por autoridades do Governo da Nova República, e até mesmo do Ministro Flávio Peixoto, sobre o reajuste da casa própria, e a rede Globo está de parabéns, porque desmascarou a mentira do Governo da Nova República, praticamente chamou de mentiroso o Ministro Flávio Peixoto, que enganou, mentiu ludibriou a boa fé de milhões de mutuários, de quatro milhões de mutuários, prometendo que o reajuste semestral, não ultrapassaria a equivalência salarial, e este Ministro, que deve sofrer de amnésia, ou então que é mentiroso e é enganador, ontem já modificou tudo que tinha dito, como se nunca tivesse feito nenhuma promessa para os mutuários de todo o Brasil. Já antecipou este Ministro o reajuste para aqueles que estão fazendo a opção pela semestralidade, vai ser superior à equivalência salarial.

Senhor Presidente, é lamentável que o brasileiro não possa acreditar e confiar numa autoridade que vem mentir, tapear, iludir àqueles que estão sufocados, sacrificados com o pagamento da prestação da casa própria.

É bem verdade que o caminho natural se o Governo do Presidente Sarney, não quer enganar, nem mentir ao povo, hoje este Ministro deveria ter sido demitido porque pegou muito mal, e a quase totalidade dos brasileiros pode ver pelos tapes de grava-

ções exibidos nos dois noticiosos da noite, da rede Globo de televisão que este Ministro é um enganador e está aí para tapear o povo brasileiro, não merece crédito, não merece respeito!

Como mutuário e como brasileiro. Senhor Presidente, o meu repúdio, o meu protesto por este Governo permitir que um homem desta conduta esteja à frente de um Ministério tão importante!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"No desenrolar de nossa atividade parlamentar, temos direcionado nossos esforços primordialmente para um setor da vida nacional, o qual foi sempre o desaguar das ações castrantes e arbitrarias do regime militar, durante os longos anos de sua existência.

Refiro-me ao setor educacional. Efetivamente, profundas foram as feridas abertas pelos inimigos da Democracia neste particular, única e exclusivamente com o intuito de arrasar deliberadamente com a comunidade acadêmica, a qual resistiu bravamente apesar do atentado intelectual que lhe foi imposto, através da vigência da reforma educacional.

A comercialização do ensino, a falta de planejamento capaz de equacionar a demanda educacional, os aumentos constantes das mensalidades e do material didático, a míngua percentagem orçamentária carregada para a educação pelo Governo Federal, tudo isto eliminou das escolas contingentes enormes de estudantes. Os trabalhadores brasileiros, preocupados em fornecer aos seus filhos uma alimentação de melhor qualidade, não tinham condições de mantê-los nas escolas; por outro lado, nas escolas públicas, nem sempre haviam salas de aula para os abrigar. Além disso, a remuneração percebida pelo pessoal docente, seguindo a linha de atuação daqueles governos, também não era condizente com as atividades desenvolvidas, o que originava desestímulo e ensino de má qualidade.

Com a advento desta nova filosofia a nível federal, em muitos setores da vida nacional, começam a sentir-se já, algumas mudanças radicais de atuação. O setor educacional poderíamos dizer que está entre estes, haja vista o maior volume orçamentário que lhe foi destinado, em cumprimento às determinações da emenda Calmon. Além disso, estamos conscientes de que a reversão de um quadro que foi cultuado durante duas décadas de anos, não se dá de pronto; as conquistas virão paulatinamente.

Estamos, porém, também atentos para o

fato de que, sobre o nosso prisma, este é talvez o setor da vida nacional ao qual deve ser dispensada maior atenção, já que dele decorrem naturalmente o progresso dos demais. Se por um lado é necessário que haja para toda a população empregos que venham a melhorar suas condições de vida, por outro lado deve-se oferecer a essa mesma população condições de progredir através do ensino, dando-lhe a oportunidade de ter à sua disposição um maior leque de opções.

Como muito bem lembrou a professora Gilda Poli, na apresentação do livreto "Políticas da SEED/PR - Fundamentos e Explicitação", "o setor educacional deverá merecer a maior atenção do Estado. Investir em educação significa não perder a esperança do povo; significa confiar no papel fundamental que a educação exerce como fomentador e favorecedor de mudanças".

Este é o ponto que queríamos atingir. Após a longa noite do obscurantismo, começa-se a delinear no horizonte uma nova mentalidade, uma alentadora preocupação com a educação do povo brasileiro, e a conscientização do quanto isso se traduz em mudanças necessárias ao progresso do País.

No Paraná, através das novas metas de governo, como por exemplo a democratização do processo educacional pela integração da comunidade nas decisões vinculadas ao setor, caso das eleições diretas para Diretores das Escolas Públicas, ou no caso da ampliação do número de escolas existentes no Estado, temos visto um esforço para a alteração das condições deficitárias existentes. Como já afirmou com muita propriedade a Professora Gilda "a escola aberta e democrática deverá empenhar-se na oferta do conhecimento...".

Significa que há uma evidente intenção de tornar a escolarização acessível a todos os paranaenses. Há, porém, uma grande parcela de população do nosso Estado, a quem a escolarização se torna, quando não impossível, pelo menos muito difícil.

Esta é a questão central deste pronunciamento. Embora o sistema de ensino no Paraná esteja capacitado a absorver toda a população escolar, nem sempre os meios são adequados para que o aluno venha a ocupar o banco escolar, o que é, inclusive um direito seu. Especificamente no caso da população rural do Estado, os meios para que isso aconteça são extremamente precários. Das 12.350 escolas de 1.º Grau do Estado, 9.750 situam-se na zona rural; no que diz respeito aos estabelecimentos de 2.º Grau, existem no Estado 550 escolas, só que apenas 6 delas se situam na zona rural.

A diferença na proporção do número de escolas existentes na área rural, no 1.º e no 2.º Graus, deve-se ao fato de que as primeiras são na sua grande maioria municipais, enquanto que estas últimas são de

responsabilidade do Estado. Fica uma pergunta: após terminar o 1.º Grau, o estudante da zona rural terá condições de se deslocar, diariamente, até um centro urbano para prosseguir seus estudos de 2.º Grau?

Quem responde são as estatísticas: "de cada 100 alunos que ingressam na escola, apenas 8 conseguem alcançar a terceira série do 2.º Grau. As disfunções reveladas pelas cifras, que apresentam as mesmas constantes ano a ano, sugerem a violência dos problemas sócio-culturais e, principalmente, sócio-econômicos que dilaceram a estrutura da sociedade brasileira" (dados de 1984, fornecidos pela FUNDEPAR).

É evidente que entre outros fatores há uma grande precariedade no transporte de estudantes da zona rural para irem estudar nos centros urbanos. Na Região de Campo Mourão e Sertãozinho, nossa sede de atuação parlamentar, temos constatado uma crescente dificuldade das Prefeituras, que tomam para si esta tarefa, em manter o transporte escolar, com regularidade, entre a área rural e as sedes do município. Desnecessário se torna aqui salientar a situação de extrema penúria e endividamento em que se encontram os municípios. As Prefeituras não têm como arcar com mais este pesado ônus: falta o veículo para o transporte, e quando o há, a Prefeitura não tem recursos para o combustível.

Em decorrência disso, um dia o estudante consegue assistir as aulas, enquanto em outros não o pode fazer por falta da condução. A dependência direta de um transporte que nem sempre aparece, transforma o prosseguimento do estudo daquelas crianças em verdadeira aventura, exigindo delas um esforço sobre-humano para acompanhar o ritmo das aulas. Surge aí a evasão escolar em toda a crueza das estatísticas, desafio a ser vencido por especialistas de ensino e pelos responsáveis pela política expansionista do setor educacional no Paraná.

Urge portanto, uma tomada de providências, destinadas a ministrar ou até reverter por completo o problema da precariedade no transporte escolar. A democratização da escola só se conseguirá efetivamente a partir do momento em que todos os estudantes tiverem acesso aos bancos escolares.

O nosso objetivo é propormos às autoridades estaduais a criação de um Programa Estadual de Transporte Escolar, o qual deveria ser, em princípio, articulado em conjunto pelas Secretarias de Estado da Educação e dos Transportes, e do Governo do Estado.

Sabemos que entre as altas diretrizes do Governo José Richa se encontra a prestação de serviços destinados à ampliação do processo educacional.

A juventude do Paraná, futuro do Estado no amanhã, não pode continuar na dependência da inexistência de meios materiais

que lhe permitam acesso à formação, seu Direito. Temos a certeza que a criação deste Programa Estadual de Transporte Escolar encontrará todo o apoio por parte da comunidade educacional e da sociedade paranaense em geral. A Educação é um Direito de todos".

O Sr. Gabriel Manoel- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, nós estamos vendo Vossa Excelência lutar pela juventude escolar, pelos estudantes, mas o que nos causa espécie Deputado, é que Vossas Excelências estão com o Governo Estadual, Governo Federal, e Vossa Excelência, vem fazer desta Assembléia, com a devida vênia, um muro de lamentações. Porque não é possível, não é razoável, não é concebível Deputado, que Vossa Excelência venha lutar por um objetivo certo, e que seu governo, que sua Secretária da Educação, que seu complexo da educação, federal, não tenha ouvidos para escutar reivindicações de homens como Vossa Excelência. Então teremos que ser mais objetivos Deputado Rubens. Objetivo sim, para dizer ao Governador José Richa, para dizer à Secretária da Educação, para dizer ao Ministro da Educação e para dizer ao Presidente da República que está tudo errado Deputado. Porque aqui não adianta nós chorarmos Deputado, querido amigo, dinâmico, não adianta porque a Assembléia é um muro de lamentação para nós, da oposição. Mas, para Vossa Excelência, homem do Governo, que tem que fazer prevalecer o seu prestígio junto às Secretarias, junto ao Ministério da Educação, junto ao Governo Estadual e Federal.

Ao Ministro da Educação, ao Presidente da República queria que Vossa Excelência transformasse esse discurso de Vossa Excelência, numa reivindicação total da Assembléia, para que se dê nome aos bois; para que Vossa Excelência não venha falar em vão, para que Vossa Excelência dentro do complexo estadual e federal não seja tachado como o seu Governador, com o seu Presidente da República, com a sua Secretária de Educação e com o nosso Ministro de Educação.

Muito obrigado.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado- Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. RUBENS BUENO - Antes de conceder o aparte ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado, eu quero só dizer ao meu caro amigo Deputado Gabriel Manoel, que realmente a Assembléia Legislativa é um muro de lamentações. Nós ficamos no decorrer destas das últimas décadas na busca não de transformar este Poder no grande centro de debates dos problemas paranaenses, mas sim de transformar esta Casa e este Poder no muro das lamentações.

Por isto é que a grande conquista que o povo brasileiro e este Poder terá, será através da Assembléia Nacional Constituinte.

Eu concedo o aparte com muito prazer ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado- Deputado

Rubens Bueno, agradecendo a sua gentileza, devo dizer e me ufano hoje, depois de 23 anos de luta contra o arbítrio, contra a ditadura, sendo fundador do M.D.B., assistindo a educação ser maltratada, assistindo o estudante ser relegado a um milionésimo plano de atenção governamental, assistindo e vendo professores sendo massacrados, sendo injustiçados, a verba educacional da República diminuída ano a ano, no menosprezo total a inteligência humana, própria dos titeres, própria dos ditadores, eu hoje me ufano Deputado Rubens Bueno, quando eu vejo qual Saulo, ou São Paulo, ou Paulo, a transformação do Sarney, no novo apóstolo das grandes teses do M.D.B., aumentando o percentual do orçamento da União, de 4 para 13% destinado à educação.

Em 21 anos de ditadura, só maltratou esta área, porque como os tiranos de Hitler, o chefe da ditadura hitleriana, na sua publicidade, dizia, quando eu ouço falar em cultura, eu sinto vontade de dar um tiro. Assim os tiranos do Brasil, também fizeram com a educação. E hoje, é justo que Vossa Excelência vá a Tribuna, colocando posições claras e honestas, porque honesta tem sido a sua luta e a luta do PMDB. Honesta também está sendo a posição do Presidente Sarney, ao destinar 13% do Orçamento da União.

E, grande Deputado Bueno, outro dia eu ouvia uma entrevista sobre o Japão, e o entrevistado dizia: Graças a Deus, o Japão se livrou dos militares, por isto nós não temos inflação. Por isto o Japão vai para a frente.

Nós precisamos ainda mais nos livrarmos, não dos militares, mas da prepotência militar, esta sim, é perniciosa, foi historicamente comprovada a perniciosidade das forças arbitrárias militares, quando tentando a tomar um Poder que não lhes pertence, porque o Poder só pertence ao povo e dele emana, quando os militares se encastelam atrás das suas metralhadoras ou dos seus fuzis, e desejam mandar num país, eles maltratam o país - e a América Latina toda está maltratada pelos militares.

O Brasil vai numa nova caminhada!

Grande Deputado Rubens Bueno, a Educação é um tema que merece grande atenção como o faz Vossa Excelência, aliás, através de Projeto de Lei, inclusive já aprovado neste Parlamento, sobre o livro Didático, moralizando este caminho que é uma das explorações capitalistas, do estudante, e do pai de família; Vossa Excelência

através de um projeto de lei já aprovado aqui neste Parlamento, já está, com essa seriedade que lhe é peculiar, moralizando e regrando exatamente, o uso do Livro Didático.

Por isto quero me parabenizar com Vossa Excelência e também dizer que com Deputados que se preocupam com um setor tão sério da vida de uma Nação, nós poderemos realmente continuar a acreditar no Paraná, e no amanhã!

Deputado Rubens Bueno, vá em frente! A Educação é um dos grandes temas que nós nunca devemos esquecer, e Vossa Excelência nunca o esqueceu, o tem sempre em pauta e sempre presente na sua mente e no seu coração!

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. RUBENS BUENO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência lembrando que, em pouco mais de 2 anos, o Governo José Richa além de sancionar esse Projeto que Vossa Excelência acaba de citar, com relação ao uso do Livro Didático e que passa, agora, a ter uma vida útil de no mínimo quatro anos na Rede Estadual de Ensino, é uma Lei pioneira no País, o Paraná está dando o exemplo, nesse sentido; e há outra lei, também, que é de nossa autoria e com o beneplácito desta Casa, nós conseguimos a aprovação e foi motivo também de sanção do Sr. Governador, é aquela que fala das eleições diretas na Rede Estadual de Ensino, acabando com a politicagem e com a "politicalha" dentro da Rede Estadual de Ensino como acontecia até então.

É bom lembrar também, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, dando eu mais um aparte, dentro do seu aparte, que, nos últimos anos não se viu, no Ministério da Educação, nenhum político interessado, nenhum político sério que pudesse realmente conduzir a Educação deste País, muito menos, um técnico, muito menos um especialista da área; o que se viu nos últimos anos no Ministério da Educação, foram os Generais e Coronéis, desmandando a Educação neste País, através do Governo Federal.

Por isso, eu tratava aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, do Programa Estadual de Transporte Escolar, que é, exatamente, a dificuldade em que se encontra o aluno carente, o estudante carente principalmente aquele que vive na região rural, que não tem meios de transportes para chegar até a sede do Município.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrado o Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

(Declina).

Consulto à Liderança do PDS, se fará uso do seu horário.

(Declina).

Da mesma forma, consulto à Liderança do Partido da Frente Liberal.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ouvimos o Deputado Rubens Bueno e o brilhante aparte do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, sobre o problema da Educação.

Queríamos - como diz o Deputado Anibal Khury - como decano desta Assembléia e homem vivido e sofrido no Interior do Estado, apenas, não corrigir, mas, observar as palavras do Deputado Alencar Furtado, primeiramente ao generalizar as Forças Armadas, ao generalizar os vanguardeiros do nosso País. Dentro deles pode haver alguém arbitrário, mas em sua maioria são homens das três forças, que não pensam em outra coisa a não ser o resguardo de nossa Pátria. Que se esses homens são atacados muitas vezes, injustamente, sem eles nossa Pátria seria uma Cuba, nossa pátria estaria no caos.

Tem razão Deputado Alencar Furtado, ao dizer que alguns militares abusaram, que alguns militares usaram da Velha República com arbitrariedade, mas, não se julga um por todos e nem todos por um. Não se julga, Deputados Alencar Furtado, os homens que estão recolhidos na caserna, os homens que estão diuturnamente olhando por nós, porque nós, sem a força militar - Deputado Alencar Furtado - estamos de bodeque. E as forças estranhas, as ingerências estranhas, nobre Deputado, sem aquela gente que é atacada por Vossa Excelência, o Brasil, este grande Brasil verde e amarelo, seria uma Nação frágil. Ministério da Marinha, Ministério do Exército, Ministério da Aeronáutica, devia Deputado Alencar Furtado, pelo menos, ter o respeito de nós que somos frágeis. Nós, Deputados, de um complexo frágil, saímos de uma ditadura, mas hoje, estamos numa abertura razoavelmente orientada por civis. Que seria de nossa Nação sem os militares conscientes de sua obrigação?

Agora vêm Vossas Excelências a atacar, a generalizar estes homens que, diuturnamente, defendem o auri-verde pendão que é a nossa Bandeira Nacional.

Não temos esse direito, porque um não pode pagar pelos outros, de ofender a gloriosa força de Caxias, de ofender os homens que nos trouxeram, trouxeram graças a Deus a Vossas Excelências e a mim, para o debate democrático, civil. Como pode Vossa Excelências em sua consciência o militarismo veio para salvar a Pátria em 1964, depois, houveram arbitrariedades, mas se assim não fora, hoje, nós estaríamos no caos da foice e do martelo.

Se é isso que Vossa Excelência precisa? Se é isso que Vossa Excelência quer?

Então, eu peço as minhas escusas, mas temos militares bons, temos militares que não merecem essas críticas de Vossa Excelência. Merecem o seu respeito...

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Pela ordem Sr. Presidente. Eu consultaria à Presidência se a ausência do líder do nosso partido e dos vice-líderes, se eu poderia usar por 10 minutos o tempo do meu partido?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao nobre Deputado que o tempo do PMDB já foi concedido, mas pode conceder a palavra a Vossa Excelência em Explicações Pessoais.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência descontasse esta interferência do Deputado Osvaldo Alencar Furtado no nosso pávido pronunciamento.

Então, dizíamos nós: não somos militaristas, somos democratas autênticos, somos homens que viemos aqui por cinco vezes consecutivas. O que não podemos, Deputado Anibal Khury, nosso Presidente, é escutar balela. O que não podemos é vermos generalizados erros de alguns militares, de alguns sargentos, de alguns coronéis, de alguns generais serem englobados num volume global da demagogia do PMDB. E é isso que o povo tem que saber porque nós autenticamente não toleramos o regime de arbítrio, mas também não toleramos a injustiça, não toleramos que se generalize. E o Deputado Osvaldo Alencar Furtado fala nos militares como se estivessem à execração pública, e corre agora no momento que eu ia dar o aparte.

Deputado Presidente, encantado. Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à liderança do PDT.

O SR. ANTONIO BELINATI - Declinamos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há mais oradores inscritos.

A Mesa consulta o Deputado Osvaldo Alencar Furtado se fará uso para Explicações Pessoais?

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela ordem) Depois de votar a matéria pelo Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa agradece ao experimentado Deputado Gabriel Manoel, mas não vê inconveniente que o Deputado Osvaldo Alencar Furtado use da palavra neste instante.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela ordem) Requeiro chamada nominal então.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - O Deputado Gabriel Manoel não gosta de democracia, está engajado na ditadura, na alma dele só tem ditadura e arbítrio.

O SR. GABRIEL MANOEL - Requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa vai acatar a Questão de Ordem levantada pelo Deputado Gabriel Manoel e fará a votação da matéria e após concederá a palavra ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. GABRIEL MANOEL - É o Regimento Interno, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

A Mesa, com base na Resolução n.º 02/71, abre prazo por três (03) dias consecutivos, a contar do dia primeiro do corrente mês, para oferecimento de Emendas à Proposição n.º 102/85, Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, e outros.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, devidamente apoiado. - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. - À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa. requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Augusto Cequinel, ocorrido no dia 25 de junho do corrente ano, no Município de Pitanga. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Alexandre Bregeski Filho, no Município de Almirante Tamandaré. - Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Carlos Cogo, ocorrido no dia 28 de julho do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. - Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Caetano Alberti, ocorrido

no dia 28 de julho do corrente ano, no Município de Tibagi. —
Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Angelina Tibola Parcianello, ocorrido no dia 31 de julho do corrente ano, no Município de Cascavel. —
Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Armando José Awad, do Município de Cambará. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Coritiba Foot Ball Club, pela brilhante vitória alcançada na conquista da Taça de Ouro. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando seja dispensado de Redação Final, o Projeto de Lei n.º 60/85 que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Gralha Azul. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 131/85, oriundo da Mensagem Governamental n.º 129/85, datada de 22 de julho do corrente ano, que objetiva autorizar a doação ao Município de Telêmaco Borba, dos lotes de terrenos urbanos n.ºs 5 e 6, com área total de 784,00 m², da quadra n.º 49 da sede do referido município, objeto da transcrição n.º 2085, no livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei Complementar n.º 217/84, que dispõe sobre a Organização dos Municípios. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em veemente apelo no sentido de ser concedida pensão mensal ao jovem Odair Cortelete de Souza, do Município de Quatro Barras. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando seja marcada sessão especial em homenagem ao Coritiba Foot Ball Club, campeão brasileiro de futebol de 1985. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente solicitando voto de louvor ao Coritiba Foot Ball Club pela conquista da Taça de Ouro, prêmio conseguido como Campeão Brasileiro de Futebol de 1985. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Coritiba Foot Ball Club pela conquista do título máximo do futebol brasileiro, inédito para o Paraná. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de correspondência a Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a doação de um microônibus para o transporte escolar no Município de Araruna. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, visando a liberação de recursos a serem aplicados na

construção de um posto de saúde na localidade de Canjarana, no Município de Mamborê. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, objetivando a liberação de recursos financeiros para a ampliação do canteiro de mudas de café, no Município de Terra Boa. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Coritiba Foot Ball Club pela conquista da Taça de Ouro do Campeonato Brasileiro de Futebol de 1985. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Diretoria Executiva do Tuiuti Esporte Clube do Município de Cascavel, pela realização do 13.º Festival Regional da Canção Popular — FERCAPO. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do teor do Ofício n.º 15/85, do Colégio Estadual Cristóvão Colombo - Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Município de Jardim Alegre. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa. — (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do Relato sobre Migração na Zona Rural no Vale do Ivaí, elaborado pelo Dr. Antônio Florisvaldo Sgobero, Chefe do Núcleo Regional de Ivaiporã, da Secretaria da Agricultura. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa. — (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações sobre viagens de Secretários de Estado e dirigentes de empresas públicas, autarquias e sociedades de economia mista, no período de 1.º de junho de 1984 a 27 de junho de 1985. — Encerrada a discussão.

O SR. MÁRIO PEREIRA — (Para discutir)

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — A discussão está encerrada. Em votação.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram conservar-se como estão.

Está aprovado. A Mesa vai proceder a verificação de votação.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, solicito chamada nominal.
Retiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — A Mesa irá proceder a verificação de votação.

5 (cinco) Srs. Deputados aprovam.

3 (três) Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 53, 54, 55, 56 e 57/85.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 238/84.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 49/85.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 1º DE AGOSTO DE 1985.

RELATO SOBRE MIGRAÇÃO NA ZONA RURAL NO VALE DO IVAÍ

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA NÚCLEO REGIONAL DE IVAIPORÃ

Um dos fatores que tem levado grande número de agricultores a comercializar as suas propriedades agrícolas no Vale do Ivaí no ano de 1984, tem sido por problemas do meio ambiente.

Em levantamento executado pela Secretaria da Agricultura, Núcleo Regional de Ivaiporã, em apenas um ano constatou-se que foram comercializadas 3.946 propriedades, destacando-se principalmente as pequenas propriedades rurais, sendo:

– 20,25% propriedades de 0 a 5 ha

– 21,11% propriedades de 5 a 10 ha

– 25,24% propriedades de 10 a 20 ha

Podemos afirmar que um dos fatores que levou a essa comercialização foi o mal da terra e a utilização de técnicas inadequadas para a conservação do solo.

Vamos enumerar algumas técnicas inadequadas que são frequentemente utilizadas em nosso meio rural.

a) preparo inadequado do solo, onde não se visa a conservação do mesmo, fazendo com que a camada

fértil seja arrastada pelas enxurradas causando o assoreamento de rios e lagos, levando consigo os resíduos de agrotóxicos, onde polui os mananciais.

b) queima de restos de culturas, favorecendo o empobrecimento do solo e conseqüentemente uma menor produtividade agrícola.

c) em conseqüência dos desmatamentos, sem critério, houve um desequilíbrio ecológico, causando um aumento do número de pragas e doenças que, para serem controladas, faz-se necessário o uso de grandes quantidades de agrotóxicos, fazendo com que a atividade agrícola se torne anti-econômica.

d) outro fator importante e não causado pelo meio ambiente é a falta de uma política agrícola, onde o nosso agricultor nunca sabe o que poderá ocorrer no setor agrícola, no dia de amanhã.

Neste sentido, a Secretaria da Agricultura e suas vinculadas, juntamente com outras Secretarias, clubes de serviços, associações, igrejas e comunidade em geral, desenvolverão uma programação intensiva na Semana Nacional do Meio Ambiente (1º a 8 de junho), para tentar sensibilizar a comunidade quanto à necessidade da preservação do meio ambiente. E para isto, desde já o convidamos a participar conosco em mais esta jornada.

“NÃO VAMOS PLANTAR VENTO PARA QUE NOSSOS FILHOS NÃO COLHAM TEMPESTADES”.
Ivaiporã, 22/05/85

Atenciosamente

ANTÔNIO F. SGOBERO

Chefe do Núcleo Regional de Ivaiporã
Secretaria da Agricultura

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA – NÚCLEO REGIONAL DE IVAIPORÃ NÚMERO DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS COMERCIALIZADAS EM 84

MUNICÍPIOS EXTRATOS	0-5 ha	5-10 ha	10-20 ha	20-30 ha	30-50 ha	50-100 ha	+ 100 ha propriedades	Total	% do Total Núcleo/Munic.
Barbosa Ferraz	071	064	112	045	025	020	007	344	8.72%
Borrazópolis	017	039	026	012	002	000	001	097	2.46%
Cândido de Abreu	030	036	054	041	032	039	093	325	8.24%
Faxinal	069	053	056	044	019	022	019	282	7.15%
Fênix	011	011	013	009	003	003	000	050	1.27%
Grandes Rios	042	063	073	024	018	018	016	254	6.44%
Ivaiporã	083	136	179	072	048	026	012	556	14.09%
Jardim Alegre	122	040	015	001	006	005	000	189	4.79%
Kaloré	018	028	017	010	005	001	003	082	2.08%
Lunardelli	064	046	021	029	011	009	004	184	4.66%
Manoel Ribas	024	032	047	023	043	028	005	208	5.12%
Marilândia do Sul	045	052	079	033	021	011	011	252	6.39%
Ortigueira	105	136	196	075	075	069	085	741	18.78%
Rio Bom	015	004	013	004	007	001	006	050	1.27%
S. João do Ivaí	072	086	072	021	011	008	001	271	6.87%
S. Pedro do Ivaí	011	007	023	013	007	002	004	067	1.70%
Total por extrato	799	833	996	456	333	262	267	3.946	100%
% do total propriedades por extrato	20.25	21.11	25.24	11.56	8.44	6.64	6.77	100%	

Elaboração e Pesquisa
DERAL/SEAG – IVAIPORÃ
Fonte, SEFI – ITBI – GR4

Ivaiporã, 22 de maio de 1985.

AGROTÓXICOS CONTINUAM FAZENDO VÍTIMAS NO VALE DO IVAÍ

Levantamentos executados pela Secretaria da Agricultura revelaram um grande número de pessoas que se intoxicaram por agrotóxicos no Estado. No ano de 1984, foram cadastradas 2.320 pessoas intoxicadas, com 144 óbitos. Isto deve-se, principalmente, ao uso abusivo dos agrotóxicos motivados por dois fatores:

1. a massificação da propaganda voltada ao maior consumo possível desses produtos, sem considerar a necessidade real de utilização dos mesmos.
2. a desinformação por parte dos agricultores do uso adequado dos produtos e dos cuidados mínimos que devem ser tomados quando da aplicação, fazem com que tenhamos um número alarmante de casos de pessoas intoxicadas.

Para melhor ilustrar, transcrevemos abaixo os casos ocorridos, por município, na região do Núcleo Regional de Ivaiporã, no ano de 1984.

CASOS DE INTOXICAÇÕES E ÓBITOS EM 1984

MUNICÍPIO	INTOXICADOS	ÓBITOS
Barbosa Ferraz	29	02
Borrazópolis	35	—
Când. de Abreu	03	01
Faxinal	05	—
Fênix	03	—
Grandes Rios	15	—
Ivaiporã	30	—
Jardim Alegre	16	01
Lunardelli	31	—
S. João do Ivaí	37	—
S. Pedro do Ivaí	01	—
	214	04

De 1º de janeiro a 15 de maio de 1985, foram cadastrados 513 casos de intoxicação e 10 óbitos no Estado, sendo que somente na região do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura em Ivaiporã foram cadastrados 77 casos e 04 óbitos, o que representa 15% de intoxicações e 40% de óbitos em relação ao Estado.

Ivaiporã, maio de 1985

Dr. Antônio F. Sgobero
Chefe do Núcleo Regional/Ivaiporã
Secretaria da Agricultura

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS
DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO
DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM
SESSÃO DO DIA 1º DE AGOSTO DE 1985.

ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Educação
Colégio Estadual Cristóvão Colombo - Ensino
de 1º e 2º Graus

Of. nº 15/85

Jardim Alegre, 15 de maio de 1985.

Senhor Presidente.

Os tempos acenam com mudanças e a Constituinte é uma promessa de campanha política, e hoje, um compromisso mais que sacramentado através do holocausto à Democracia, cujo imolado foi o próprio arauto dela: Tancredo Neves.

Confiantes na séria intenção de Vossa Excelência como sucessor de Tancredo Neves e, acreditando que se fazem necessárias ao exercício de uma Democracia plena e justa, resolvemos contribuir com subsídio que possa ser apreciado pela Assembléia Constituinte a ser eleita para elaborar a nova Constituição.

No regime político vigente, que é o da Democracia Representativa, elegemos Deputados e Senadores com amplos poderes de nos representar, o fariam realmente, se tentassem interpretar, com honestidade, a vontade do povo. No entanto, parece que nem sempre isso ocorre, pois, os Deputados uma vez eleitos, raramente voltam às bases para colher alguma opinião, esquecendo-se dos anseios do povo que os elegeu.

Destarte, nossa contribuição para ser analisada e se possível discutida pela Constituinte é a que segue: "Que a nova Constituição tenha dispositivo que transforme nossa Democracia Representativa em DEMOCRACIA SEMI-DIRETA, onde assuntos que envolvam a Moral e os Costumes, bem como outros de relevante importância nacional, sejam trazidos à consideração do povo, e que o povo se manifeste a favor ou contra eles, constitucionalmente, através de uma consulta direta, ou seja, de um plebiscito.

Nossa proposição baseia-se no fato de que alguns assuntos são sérios demais para que fiquem sob o tirocínio de uns poucos deputados, cujas decisões podem, muitas vezes, ser manipuladas por interesses escusos e nem sempre coincidem com a vontade do povo. Só a título de exemplo, citaremos o caso do divórcio e explicamos:

Através de consultas feitas a nossos alunos e destes com a comunidade, constatamos que a grande maioria do povo é ainda contra a Lei que instituiu o divórcio no Brasil. Há outros assuntos mais graves ainda que já começam a adentrar nossas Casas de Leis, tais como a legalização do aborto e a pena de morte. São temas que interessam a todos nós e não gostaríamos de ver algumas poucas pessoas decidindo sobre estes assuntos em nome de todos. Acharmos que a população deveria ter o direito e o dever de opinar e decidir sobre eles, pois, as consequências acabarão por afetar a vida de todos.

Para que tomássemos a decisão de encaminhar esta proposição, fizemos vários encontros entre os professores e alunos de nosso Estabelecimento de Ensino. Os professores de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política Brasileira encamparam a idéia, promovendo com os alunos os debates e pesquisas na comunidade. É um trabalho de base como o que foi preconizado durante a campanha política que acabou por consagrar Tancredo Neves, embora eleito indiretamente.

Na pretensão de que nossa proposta possa ser apreciada e augurando a Vossa Excelência um feliz desempenho na condução dos destinos de nosso País, externamos, na oportunidade, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

SÍLVIO GONÇALVES
DIRETOR

Decretos Legislativos

DECRETO LEGISLATIVO N.º 244/85

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

I - exonerar, a pedido, MARIA DE FÁTIMA BARROS DE ALBUQUERQUE, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Tércio Albuquerque.

II - prover ROSI FOLLADOR ROCHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Tércio Albuquerque.

(Protoc. n.º 6422)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 245/85

SÚMULA: Regulamenta as despesas feitas pela rubrica orçamentária de Pronto Pagamento e dá outras providências.

Art. 1.º - Pela rubrica orçamentária de Pronto Pagamento só serão atendidas as despesas de custeio, de natureza urgente, que não justifiquem a extração de empenho, cujo montante não ultrapasse a 5 (cinco) valores de referência fixado para o Estado.

Art. 2.º - O pedido deve ser enviado para a autorização do Primeiro Secretário, justificando-se os pressupostos contidos no artigo 1.º, deste Decreto Legislativo.

Parágrafo Único - O Primeiro Secretário poderá delegar a atribuição contida neste artigo.

Art. 3.º - O funcionário responsável pelo adiantamento de Pronto Pagamento só poderá efetivar a compra após o despacho autorizatório, sob pena de responder pela despesa.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 246/85

conceder, nos termos do parágrafo único, do Art. 247, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a HAROLDO DO NASCIMENTO, matrícula n.º 160, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, licença especial de três (03) meses, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5.º quinquênio, compreendido entre 1.º de maio de 1981 e 1.º de julho de 1985, antecipado em razão do 4.º quinquênio e das férias de 1981 e 1982, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 5321).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 247/85

I - exonerar, a pedido, ABIB MIGUEL, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Chefe de Gabinete da 1.ª Secretaria.

II - prover ABIB MIGUEL, matrícula n.º

038, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, de Diretor Geral Adjunto.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 248/85

prover, FRANCISCO MESTRE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe da Liderança do PDT.

(Protoc. n.º 6528).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 249/85

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ANTONIO CARLOS SANTOS DE LACERDA, matrícula n.º 603, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia DAS-3, de acordo com o Art. 140, item III, da mesma Lei, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com a Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com o Art. 170 e parágrafo único e Art. 171, §§ 1.º e 2.º, respectivamente, da mencionada Lei, e com por cento (100%) do respectivo vencimento, de gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6.º, da Lei Complementar n.º 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n.º 6222).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 251/85

aposentar a pedido, de acordo com o Art. 138, inciso II, combinado com o Art. 132, parágrafo 2.º e 140, inciso III, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ANTONIO CARLOS DANTAS, matrícula n.º 304, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", Referência IV, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondente ao cargo de Coordenador da Coordenadoria de Expediente e Arquivo, símbolo DAS-4 (Resolução n.º 37/82, acrescidos de cinco (05) triênios, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64, cinco quinquênios incorporados e cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com os Artigos 170, § único e 171, §§ 1.º e 2.º, da citada Lei n.º 6174 e Gratificação pela prestação de tempo integral correspondente a cem por cento (100%), de acordo com a Lei Complementar n.º 21, (Art. 6.º), de 1.º de novembro de 1984.

(Protoc. n.º 257/85)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 252/85

aposentar, a pedido, nos termos do Art.

138, item II, § 1.º e Art. 140, item I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ROSARIA CARDOSO LIMA DE OLIVEIRA, matrícula n.º 225, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "C", Referência IV, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondente ao seu cargo efetivo, acrescido de cinco (05) triênios, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64; quatro (04) quinquênios, incorporados de acordo com o parágrafo único, do Art. 170, da citada Lei n.º 6174 e Gratificação pela prestação de tempo integral, correspondente a cem por cento (100%) sobre seus vencimentos, de acordo com a Lei Complementar n.º 21, de 1.º de novembro de 1984.

(Protoc. n.º 10.804).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 253/85

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, § 1.º e Art. 140, item I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, HILZA DOS SANTOS LOPES, matrícula n.º 200, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "C", Referência IV, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondente ao seu cargo efetivo, acrescido de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios, incorporados de acordo com o Parágrafo Único, do Art. 170, da citada Lei n.º 6174; Gratificação de Função, Símbolo 4-F e Gratificação pela prestação de Tempo Integral, correspondente a cem por cento (100%) sobre seus vencimentos, de acordo com a Lei Complementar n.º 21, de 1.º de novembro de 1984.

(Protoc. n.º 1731).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 254/85

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, LUIZ CARLOS MARTINS ARAUJO, matrícula n.º 074, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia DAS-4, de acordo com o Art. 140, item III, da mesma Lei n.º 6174; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o parágrafo Único, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com o Art. 170 e parágrafo Único e Art. 171 e §§ 1.º e 2.º, da referida Lei n.º 6174, e cem por cento (100%) do respectivo vencimento, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação

Curitiba, quinta, em 01.08.85

exclusiva, nos termos do Art. 6.º, da Lei Complementar n.º 21, de outubro de 1984.

(Protoc. n.º 1946)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 09 de julho de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário.

PORTARIA N.º 337/85

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

I- revogar a Portaria n.º 133/85.

II- designar LUIZ FERNANDO WERNECK DE ANDRADE, contratado deste Poder, para prestar serviços na Diretoria Administrativa.

III- revogar a Portaria n.º 182/85.

IV designar SIMONE CARON, contratada deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral.

V- revogar a Portaria n.º 109/85.

VI- designar NILSON PERCINOTO JÚNIOR, contratado deste Poder, para prestar serviços na Diretoria Administrativa.

VII- designar DIRCE CARVALHO SILVA, contratada deste Poder, para prestar serviços na Diretoria Administrativa.

VIII- revogar a Portaria n.º 543/84.

IX- designar FÁTIMA PIAZENTIN ROLIM ROOS, contratada deste Poder, para prestar serviços na Diretoria Administrativa.

X- designar SUELY MARIA SOLMON, contratada deste Poder, para prestar serviços na Diretoria Legislativa.

PORTARIA N.º 338/85

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de DOROTI WOLKMER LINHARES, matrícula n.º 088, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1984, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 5860).

PORTARIA N.º 339/85.

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, matrícula n.º 434, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal

da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1984, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 5732).

Gabinete da Diretoria Geral,
em 11 de julho de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS
Diretor Geral.

PORTARIA N.º 340/85

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ALVARO SERGIO MARAVALHAS, matrícula n.º 038, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "D", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4.º quinquênio,

compreendido entre 02 de janeiro de 1981 e 02 de maio de 1985, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio e das férias referentes ao ano de 1981, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 5110).

PORTARIA N.º 341/85.

designar RUBENS BREMER, ora à disposição deste Poder, para secretariar a Comissão de Agricultura, da Diretoria Legislativa.

(Protoc. n.º 4900).

PORTARIA N.º 342/85

designar CÉLIA ANA GAUER ZANGARI, funcionária da Prefeitura Municipal de Loanda, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Secretária, no período compreendido entre 1.º de junho a 31 de dezembro de 1985.

(Protoc. n.º 4683).

Gabinete da Diretoria Geral,
em 17 de julho de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS
Diretor Geral.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
BALANÇETE
ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 1985

ATIVO

CIRCULANTE

Banestado - C/C 3138	47.044
Banestado - C/C 29600	11.158.542
Banestado - Poupança	2.277.710.682
Valores Mobiliários	3.255.494.943
Empréstimos Concedidos	165.834.879
Títulos a Receber	516.500.000
IRF Compensável	88.018.886
	<u>6.314.764.976</u>

IMOBILIZADO

Móveis e Utensílios	30.100
---------------------------	--------

DESPESAS

Aposentados	509.409.870
Serviços de Terceiros	7.827.720
Materiais de Consumo	807.275
Seguros	111.220
	<u>518.156.085</u>

TOTAL DO ATIVO 6.832.951.161

ODENI VILLACA MONGRUEL
Tesorreiro

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Presidente

VICENTE P. RODACKI
Contador CRC-PR 6635

PASSIVO

CIRCULANTE

IRF a Recolher	8.224.420
Seguros a Recolher	(3.463.600)
Títulos Descontados	516.500.000
	<u>521.260.820</u>

PATRIMÔNIO

Patrimônio Líquido	3.547.476.446
--------------------------	---------------

RECEITA

Renda de Contribuições	913.333.712
Renda de Títulos	1.792.074.006
Juros de Empréstimos	50.109.403
Outras Rendas	8.696.774
	<u>2.764.213.895</u>

TOTAL DO PASSIVO 6.832.951.161